

A FALÊNCIA DO ENSINO

Ao longo dos anos a acirrada luta entre professores que insistem em obter aumentos salariais próximos aos índices inflacionários e um governo fustigado por dívidas, juros elevados e uma crônica falta de dinheiro, tem levado ambos os lados, através de greves, declarações, pressões e contrapressões, a provocar

uma situação difícil para o ensino estadual. O 1º grau parece o nível mais prejudicado, com um déficit de 20 mil vagas (sobretudo na zona rural), reprovação superior a 40%, desistência de 15% e uma das piores qualidades de ensino do Brasil. A solução para o problema, antes que ele se torne ainda mais

trágico, é a reconciliação entre autoridades e educadores, o aumento do número de salas de aula, a contratação de gente especializada e uma política de respeito ao estudante que, afinal, é quem paga, através do recolhimento de impostos, essa conta.

Na décima segunda linha da página 54 do Plano de Trabalho da Secretaria da Educação, referente ao exercício de 1981, na parte relativa ao ensino de 1º grau, consta a informação oficial de que 40,78% do total de alunos matriculados na primeira série, em 1978, foram reprovados e que outros, 12,61%, ou seja, 31.229 estudantes, abandonaram a escola ao longo do período.

Em 1979 os números foram parecidos e voltaram a se repetir em 1980, mas as perspectivas para este ano são ainda mais sombrias: prevê-se a reprovação de 51,09% dos alunos matriculados em escolas de primeiro grau localizadas na zona rural e 47,61% dos que estudam na zona urbana. Além disso, até o final do período, o índice de abandono subirá para 14%.

As causas são as mesmas dos últimos dez anos — ensino deficiente, ausência constante de professores, más condições dos prédios escolares, distância da casa do aluno para a escola e desinteresse. Como novidade, apenas a inclusão de um item referente às greves esporádicas e paralisações de todo dia 20 de cada mês, que vem ocorrendo desde fevereiro passado.

Em todo o Espírito Santo apenas 374.175 estudantes estavam matriculados no ensino de 1º grau em 1979, sendo 66,13% deles na zona urbana. O déficit de vagas, principalmente nas áreas periféricas das cidades maiores, chega a mais de 20 mil, embora a Secretaria da Educação venha usando seguidamente soluções paliativas, como o funcionamento de diversas escolas em três turnos diurnos para atender de alguma forma a pressão popular.

Para piorar ainda mais o quadro, somente 27,78% dos estudantes da zona rural matriculados no 1º grau frequentam escolas mantidas



Os professores repetem este ano as greves de 1980, alegando, principalmente, falta de pagamento.

Myrthes:
"O professor precisa reconquistar o status perdido".



grau, frequentam escolas mantidas pelos municípios. Sob a alegação de que não dispõem de recursos financeiros, onze prefeituras de cidades do interior simplesmente se recusam a manter em funcionamento colégios para os seus habitantes da faixa etária dos 7 aos 14 anos.

DEFININDO POSIÇÕES

A falta de condições da Secretaria da Educação para corrigir tantas falhas é evidente. Com um orçamento elevado — Cr\$ 3 bilhões 660 milhões anuais — mas paradoxalmente insuficiente, ela encontra dificuldades até para cumprir o que programou em seu **Plano de Trabalho**, a construção de 734 salas de aula em quatro anos, na média de 183 a cada 12 meses, para evitar o agravamento da situação.

O problema maior da secretaria, segundo o professor Nilton Soares de Barros, do setor de Recursos Humanos, é que mais de 80% do orçamento do órgão são destinados para o pagamento dos quase cinco mil professores de diversas categorias que recebem salários mensais diretamente. O dinheiro que sobra é sempre pouco para atender as necessidades educacionais de um estado que teve um crescimento populacional de 385% nos últimos dez anos, de acordo com dados do IBGE.

A alternativa mais atraente, encontrada pela equipe do secretário Stélio Dias, foi a de repassar parte desses custos para os municípios, tornando-os inteiramente responsáveis pelo ensino de 1º grau e parcialmente nas esferas mais elevadas. A resistência, porém, surgiu logo depois, a partir do estratégico município de Cachoeiro do Itapemirim, de onde o deputado peemedebista Roberto Valadão resumiu a situação geral das cidades do interior do Espírito Santo — “coitada da prefeitura”.

As consequências de tudo, mais uma vez, recaem sobre o pacífico povo capixaba. Afinal se 262 mil pessoas vivem em mangues e morros da Grande Vitória, nos chamados “assentamentos subnormais”, identificadas pela Fundação Jones dos Santos Neves, com renda familiar de no máximo dois salários mínimos mensais, sem as mínimas condições de saúde e de infra-estruturas, por que preocupar-se com a educação?

Aparentemente essas pessoas se preocupam tão pouco que seus filhos mantêm-se nas escolas apenas o tempo suficiente para aprender as primeiras letras. Por exemplo, em 1979 apenas 30,37% dos alunos da primeira série de 1º grau tinham os sete anos regulamentares, enquanto que na oitava série somente 23,18% mantinham-se na faixa dos 14 anos.

Nos bairros de classe média ainda existe interesse pela escola pública de 1º grau, mas na periferia parece haver um estranho acordo entre os educadores e a população: de um lado estão os maiores déficits conhecidos na oferta do ensino e de

outro um numeroso grupo de alunos desinteressados.

TUDO ACONTECE

Mas, se a Secretaria da Educação alega que o seu principal problema é a falta de dinheiro, os professores do Estado não deixam por menos. Eles são cerca de 20 mil, na capital e no interior, e através de análises e levantamentos que procuram mostrar a situação que tinham no passado e a que desfrutam hoje, chegam à conclusão que o achatamento salarial a que foram submetidos ao longo dos anos é o responsável pela posição constrangedora do ensino atualmente.

A perda do poder aquisitivo parece ser o principal problema dos professores do Espírito Santo. Em 1975, por exemplo, quem tinha licenciatura plena recebia um salário de Cr\$ 2.359,80, ou seja, o equivalente a 5,2 vezes o valor nominal do salário mínimo da época — Cr\$ 453,50. Em 1977, dois anos depois, essa média caiu para 4,56 vezes o valor do salário mínimo e no ano passado para incompreensíveis 2,46 vezes o valor do salário mínimo.

Isso que dizer, de acordo com o levantamento feito por uma assessoria econômica da União dos Professores do Espírito Santo, que em cinco anos o poder aquisitivo do magistério foi reduzido a menos da metade. As repercussões dessa situação no meio educacional, em desfavor dos estudantes, são evidentes e se acentuam mais à medida em que a insatisfação se torna geral.

A presidente da União dos Professores do Espírito Santo, Mirthes Bevilacqua, insiste em que no passado o magistério de ensino médio tinha uma situação financeira e moral muito superior a de hoje, além de direitos assegurados em lei, como aposentadoria aos 25 anos de serviço prestados, prestígio na sociedade e boas condições de trabalho.

Hoje, segundo ela, nada disso existe mais e a insatisfação do pro-

fessor tem reflexos diretos sobre o ensino e o rendimento dos alunos. E a vantagem da aposentadoria aos 25 anos de serviços prestados foi cortada quando da última reforma da Constituição, em 1969, época em que o prazo foi elevado para 30 anos.

O QUE FALTA

Entre os maiores desestímulos ao professor do Estado estão a falta de reajuste semestral, de 13º pagamento e dos benefícios da previdência social, a inexistência de um quadro de carreira que cria situações injustas como salários de Cr\$ 8 mil, incluindo todas as vantagens, para professoras aposentadas após 30 anos de serviço e uma série de pequenas sequelas altamente prejudiciais.

Um exemplo: o professor leigo recebe apenas Cr\$ 2.226,35 por mês, menos da metade do valor do salário mínimo. Uma professora, com curso normal completo, ganha Cr\$ 4.209,47 mensais. Outro exemplo: um monitor III, com curso superior ou concluindo, recebe somente Cr\$ 85 por hora de aula. Além disso, os chamados monitores ou credenciados não têm carteira de trabalho assinada, direito a 13º salário, fundo de garantia e as demais garantias das leis trabalhistas.

Como, nestas circunstâncias, o professor pode render bem? Talvez por essas razões é que a Secretaria de Educação tem que se defender de mais de mil ações trabalhistas que lhe são movidas atualmente na Justiça por professores. A primeira leva delas, já julgada, exigiu a contratação de centenas de pessoas prejudicadas, abrindo o caminho para milhares de outras.

Mais. Monitores que atuam em Cariacica e no Parque Residencial de Laranjeiras, na Serra, reuniram-se no dia 14 de abril e decidiram se manter em assembléia permanente,

EDUCAÇÃO/80
ANUÁRIO Nº 07 - ESPÍRITO SANTO

Ensino Especial:
sem incentivos, à beira da crise

A falta de uma política definida para o Ensino Especial tem provocado alterações de rotina em seu setor. Ainda a insuficiência de recursos, aliada ao fato de não haver um plano de trabalho elaborado pelo Conselho de Educação Stélio Dias, faz com que o setor de Educação Especial, criado no dia 18 de dezembro, e precisa que todos os recursos que lhe são destinados sejam utilizados de maneira adequada e racional. Em 7 de abril de 1980, os responsáveis também estão avaliando a situação.



As propostas de Willian Glasser para o Sistema Educacional em vigor



Ensino especial: o reconhecimento da crise